

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MOGI DAS CRUZES**

# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**EXERCÍCIO  
DE  
2022**

## ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2 e 3
Demonstração do Resultado do Período	4
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	5
Demonstrac�o dos Fluxos de Caixa	6
Notas Explicativas	7 � 18

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
(em Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	7.050.928,57	10.895.293,56
Adiantamentos a Empregados	5	190.651,01	157.893,21
Adiantamentos para Despesas		156,81	2.358,50
Impostos Recuperáveis		4.476,20	23.690,07
Créditos de Contratos de Gestão	6	2.971.653,37	2.195.271,79
Estoque		11.474,40	98.678,95
Despesas Antecipadas		2.258,20	6.743,53
		<b>10.231.598,56</b>	<b>13.379.929,61</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	7	222.344,14	102.437,71
Intangível	8	4.161,50	6.878,31
		<b>226.505,64</b>	<b>109.316,02</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.458.104,20</b>	<b>13.489.245,63</b>

Continua...



BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Notas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		496.760,14	782.793,64
Obrigações Trabalhistas	9	1.170.955,50	1.738.534,42
Obrigações Sociais e Fiscais	10	721.100,72	795.130,02
Contas a Pagar		81.722,51	657.470,91
Provisões para Férias e Encargos		1.888.195,72	2.404.035,11
		<b>4.358.734,59</b>	<b>6.377.964,10</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisões para Contingências	11	280.835,24	280.835,24
Bens Públicos em nosso poder	12	226.505,64	109.316,02
		<b>507.340,88</b>	<b>390.151,26</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social		6.721.130,27	6.138.643,03
Superávit do Exercício	24	1.849.856,79	578.846,19
Transferências Patrimoniais		(2.978.958,33)	3.641,05
		<b>5.592.028,73</b>	<b>6.721.130,27</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.458.104,20</b>	<b>13.489.245,63</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DO PERÍODO FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em Reais)**

	Notas	2022	2021
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>13</b>	<b>44.665.115,88</b>	<b>51.788.546,59</b>
Contratos de Gestão e Convênios	14	45.607.981,87	51.778.066,31
Realização de Bens Públicos em nosso poder		20.861,52	34.267,48
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(40.105,80)	(23.787,20)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(923.621,71)	-
<b>CUSTOS</b>		<b>(41.794.148,46)</b>	<b>(49.499.077,51)</b>
Pessoal e Reflexo	16	(26.195.824,48)	(29.135.914,48)
Serviços Terceirizados	17	(15.339.598,11)	(20.037.662,92)
Medicamentos e Materiais de Consumo	18	(258.725,87)	(325.500,11)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	22	(5.970.279,15)	(6.901.827,48)
(-) Isenção da CPP Usufruída	22	5.970.279,15	6.901.827,48
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>		<b>2.870.967,42</b>	<b>2.289.469,08</b>
<b>DESPESAS</b>		<b>(2.249.223,09)</b>	<b>(2.418.165,85)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições		(18.090,15)	(14.538,22)
Despesas Gerais	19	(2.231.132,94)	(2.403.627,63)
<b>OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>417.689,01</b>	<b>370.798,33</b>
Despesas com Doações		-	(1.474,77)
Receitas com Doações		14.089,95	-
Outras Receitas		403.599,06	372.273,10
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS</b>		<b>1.039.433,34</b>	<b>242.101,56</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>15</b>	<b>810.423,45</b>	<b>336.744,63</b>
Receitas Financeiras		813.732,11	349.459,14
(-) Despesas Financeiras		(3.308,66)	(12.714,51)
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>24</b>	<b>1.849.856,79</b>	<b>578.846,19</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
 (em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.366.861,70</b>	<b>977.792,88</b>	<b>(206.011,55)</b>	<b>6.138.643,03</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	977.792,88	(977.792,88)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(206.011,55)	-	206.011,55	-
Ajustes Patrimoniais	-	-	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	3.641,05	3.641,05
Superávit/Déficit do Exercício	-	578.846,19	-	578.846,19
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.138.643,03</b>	<b>578.846,19</b>	<b>3.641,05</b>	<b>6.721.130,27</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	578.846,19	(578.846,19)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	3.641,05	-	(3.641,05)	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(2.978.958,33)	(2.978.958,33)
Superávit/Déficit do Exercício	-	1.849.856,79	-	1.849.856,79
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.721.130,27</b>	<b>1.849.856,79</b>	<b>(2.978.958,33)</b>	<b>5.592.028,73</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.




**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em Reais)**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit / (Déficit) do Exercício	1.849.856,79	578.846,19
<b>(Aumento) Redução do Ativo</b>		
Adiantamentos a Empregados	(32.757,80)	(81.626,09)
Adiantamentos para Despesas	2.201,69	(208,50)
Impostos Recuperáveis	19.213,87	(23.690,07)
Créditos com Convênios	(776.381,58)	(1.752.293,72)
Estoques	87.204,55	(98.678,95)
Despesas Antecipadas	4.485,33	3.611,08
<b>Aumento (Redução) do Passivo</b>		
Fornecedores	(192.131,62)	487.994,75
Obrigações Trabalhistas	(505.701,59)	598.366,05
Obrigações Sociais e Fiscais	(167.931,18)	155.063,64
Provisões para Férias e Encargos	(515.839,39)	1.150.873,67
Outras Obrigações	(637.625,73)	(35.073,51)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>(865.406,66)</b>	<b>983.184,54</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(40.105,80)	(23.787,20)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>(40.105,80)</b>	<b>(23.787,20)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	40.105,80	23.787,20
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(2.978.958,33)	3.641,05
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(2.938.852,53)</b>	<b>27.428,25</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(3.844.364,99)</b>	<b>986.825,59</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	10.895.293,56	9.908.467,97
Disponibilidades no Final do Exercício	7.050.928,57	10.895.293,56
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(3.844.364,99)</b>	<b>986.825,59</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em Reais)

---

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

---

O **Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de “Voluntariado”, “Deficiente Saudável”, “Integração com a Comunidade”, “Meio Ambiente” e “PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher”, executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes** o **Contrato de Gestão nº 46 de junho de 2020**: tem como objetivo o gerenciamento, a operacionalização e a execução de serviços de saúde da atenção básica e dos programas estratégicos da rede municipal de saúde.

Visando a segregação das atividades que até o exercício de 2021 vinham sendo prestadas e registradas de forma consolidada no CNPJ nº 66.518.267/0010-74, a partir do exercício de 2022, a **Estratégia de Saúde da Família** e o **Programa de Agentes Comunitários de Saúde** foram constituídos como filial através do CNPJ nº **66.518.267/0033-60** e a **Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades - UNICA** foi constituída como filial através do CNPJ nº **66.518.267/0034-41**, passando a ter suas informações financeiras reconhecidas de forma segregada de outros contratos que o **CEJAM** mantém com a **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes**.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.





---

**2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

**2.a) Declaração de conformidade:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**2.b) Base de mensuração:**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:**

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

**2.d) Uso de estimativas e julgamentos:**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

---

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**3.a) Instrumentos financeiros:**

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.



- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022.

### 3.b) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Equipamentos de informática: 5 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos.

### 3.c) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

### 3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



**3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):**

- Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

**3.f) Patrimônio líquido:**

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

**3.g) Receitas:**

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

**3.h) Despesas**

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

**3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

**3.j) Apuração do resultado:**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no

resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

BANCOS – CONTAS MOVIMENTO	2022	2021
Banco do Brasil – Conta nº 18274-5	-	1.685,45
Banco do Brasil – Conta nº 8424-7	-	1.585,89
Banco do Brasil – Conta nº 8426-3	-	1.621,63
Banco do Brasil – Conta nº 8274-0	-	1.628,58
Banco do Brasil – Conta nº 9451-X	-	11.794,59
Banco do Brasil – Conta nº 9452-8	-	2.570,99
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 36987-2	-	0
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 47885-3	-	0
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 4661-2	-	0
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 4664-3	-	0
	-	<b>20.887,13</b>

BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2022	2021
Banco do Brasil – Conta nº 8274-0	-	2.001.107,79
Banco do Brasil – Conta nº 18274-5	-	736.456,76
Banco do Brasil – Conta nº 8424-7	-	78.307,71
Banco do Brasil – Conta nº 9452-8	-	1.205.683,62
Banco do Brasil – Conta nº 8426-3	-	1.187.429,92
Banco do Brasil – Conta nº 9451-X	2.348.628,73	2.919.848,89
Banco do Brasil – Conta nº 9452-8	4.702.299,84	2.745.571,74
	<b>7.050.928,57</b>	<b>10.874.406,43</b>

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

#### 5. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

	2022	2021
Adiantamentos de Férias	190.651,01	157.893,21
	<b>190.651,01</b>	<b>157.893,21</b>

**6. CRÉDITOS DE CONTRATOS DE GESTÃO**

	2022	2021
Contrato de Gestão nº 030/2017	-	43.284,20
Contrato de Gestão nº 067/2018 (UNICA)	-	1.147.873,16
Contrato de Gestão nº 046/2020 (ESF)	2.971.653,37	1.004.114,43
	<b>2.971.653,37</b>	<b>2.195.271,79</b>

**7. IMOBILIZADO**

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2022	2021
Instalações	10%	-	1.400,00
Máquinas e Equipamentos	10%	254.547,02	102.106,68
Equipamentos de Uso Médico	10%	14.166,33	165.912,18
Equipamentos de Informática	20%	5.291,02	14.436,04
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	352,02	23.214,02
Móveis e Utensílios	10%	104.569,53	105.154,49
(-) Depreciação Acumulada		(156.581,78)	(309.785,70)
		<b>222.344,14</b>	<b>102.437,71</b>

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

**8. INTANGÍVEL**

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2022	2021
Direito de Uso de Sistemas	20%	7.980,00	14.333,80
(-) Amortização Acumulada		(3.818,50)	(7.455,49)
		<b>4.161,50</b>	<b>6.878,31</b>

**9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	2022	2021
Salários a Pagar	1.134.184,46	1.676.657,09
Rescisões a Pagar	36.771,04	-
	<b>1.170.955,50</b>	<b>1.676.657,09</b>

**10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS**

	2022	2021
INSS a Recolher	109.299,58	104.391,85
FGTS a Recolher	189.766,79	254.809,99
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	107,49	237,45
IRRF sobre Salários a Recolher	393.131,15	449.261,49
IRRF Retido de PJ a Recolher	1.993,49	-
IRRF Retido de Autônomos	533,22	-
CSRF a Recolher	7.431,91	38.979,96
INSS Retido de PJ a Recolher	7.638,36	17.378,13
ISS Retido na Fonte a Recolher	3.182,79	7.687,71
ISS de Autônomos a Recolher	1.128,66	2.307,50
INSS Retido de Autônomos a Recolher	6.887,28	13.977,82
	<b>721.100,72</b>	<b>889.031,90</b>

**11. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

	2022	2021
Provisões para Contingências Trabalhistas	280.835,24	280.835,24
	<b>280.835,24</b>	<b>280.835,24</b>

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 916.411,42, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2021
De natureza Trabalhista	916.411,42
	<b>916.411,42</b>

## 12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica “Bens públicos em nosso poder”, no montante de R\$ 226.505,64 em 2022 e R\$ 109.316,02 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

## 13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como “saldos de contrato”). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

## 14. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO

	2022	2021
Contrato de Gestão nº 067/2018 (UNICA)	-	9.750.990,94
Contrato de Gestão nº 030/2017	-	5.210.912,06
Contrato de Gestão nº 046/2020	45.607.981,87	36.816.163,31
	<b>45.607.981,87</b>	<b>51.778.066,31</b>



**15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	813.714,57	347.736,07
Descontos Obtidos	17,54	1.723,07
(-) Tarifas Bancárias	(2.298,55)	(11.562,70)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(16,01)	(0,44)
(-) Descontos Concedidos	(0,01)	-
(-) Juros e Multa s/ Impostos	(994,09)	(1.151,37)
	<b>810.423,45</b>	<b>336.744,63</b>

**16. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

	2022	2021
Remunerações	22.115.659,77	24.499.216,52
Benefícios	2.147.140,30	2.546.155,07
Encargos Sociais	1.933.024,41	2.090.542,89
	<b>26.195.824,48</b>	<b>29.135.914,48</b>

**17. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

	2022	2021
Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas	12.448.219,87	17.711.385,79
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	2.364.119,68	-
Serviços Terceiros - Pessoas Físicas	527.258,56	2.326.277,13
	<b>15.339.598,11</b>	<b>20.037.662,92</b>

**18. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO**

	2022	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	13.576,03	94.586,89
Materiais de Consumo	146.462,57	118.082,86
Materiais de Conservação e Reparos	7.596,78	25.036,38
Outros Materiais e Insumos	91.090,49	87.793,98
	<b>258.725,87</b>	<b>325.500,11</b>



---

**19. DESPESAS GERAIS**

---

	2022	2021
Contas de Consumo	297.003,34	225.105,05
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	660.145,11	784.070,66
Administrativas	1.248.351,70	1.092.007,56
Bens Não Imobilizado	2.631,91	689,50
Outras Despesas Gerais	23.000,88	301.754,86
	<b>2.231.132,94</b>	<b>2.403.627,63</b>

---

**20. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS**

---

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

---

**21. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

---

Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.

Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**.



---

**22. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)**

---

A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 5.970.279,15 e no ano de 2021 foi de R\$ 6.901.827,48 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2022	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(5.864.827,44)	(6.436.572,67)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(105.451,71)	(465.254,81)
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	5.864.827,44	6.436.572,67
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	105.451,71	465.254,81
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

---

**23. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)**

---

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

---

**24. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO**

---


O Superávit do exercício de 2022 foi de R\$ 1.849.856,79 e o Superávit do exercício de 2021 foi de R\$ 578.846,19.



Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2022.



**Dr. Mário Santoro Junior**  
Gerente de Desenvolvimento Institucional



**Alexandre Papi**  
Contador CRC nº 1SP130223/O-3